

**A RELAÇÃO ENTRE O ACESSO AO CONHECIMENTO ACADÊMICO-
CIENTÍFICO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM MUNICÍPIOS DOS
VALES DO MUCURI E JEQUITINHONHA**

***THE RELATIONSHIP BETWEEN ACCESS TO ACADEMIC-SCIENTIFIC
KNOWLEDGE AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN MUNICIPALITIES OF
THE MUCURI AND JEQUITINHONHA VALLEYS***

Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá¹

Alcilene Lopes de Amorim Andrade²

Alexandre Sylvio Vieira da Costa³

RESUMO

Este estudo situa-se na linha temática gestão e desenvolvimento econômico, tendo como eixo norteador a análise da existência ou ausência de transformações econômicas e sociais advindas da atuação dos egressos do ensino superior. Objetiva-se, através desta pesquisa de campo, o entendimento das transformações pelas quais passam os pequenos municípios que têm parte de sua população com recente acesso ao conhecimento acadêmico-científico através do ingresso no ensino superior, bem como a possibilidade de análise do impacto do desenvolvimento econômico no fortalecimento dos municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, especificamente Salto da Divisa e Ladainha. Entendendo a educação como um processo de des-reterritorialização por excelência, conclui-se que, apesar da inegável distância entre o investimento desejado para acesso e permanência no ensino superior, a despeito de todas as dificuldades, nos pequenos municípios o desenvolvimento econômico está atrelado a des-reterritorialização vivida pela população que passou pela universidade trazendo novas possibilidades de crescimento econômico e social.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Ensino Superior; Transformação Social; Des-reterritorialização

Abstract

This study is in the thematic area of economic management and development, based on the analysis of the existence or absence of economic and social changes arising from the performance of higher education graduates. The objective of this field research is to understand the transformations that small municipalities that have part of their population have recently gained access to academic-scientific knowledge through entry into higher education, as well as the possibility of analyzing the impact of the economic development in the strengthening of the

¹ Mestre em Gestão de Território, Professora Assistente da UFVJM, Campus Mucuri. adriana.sa@ufvjm.edu.br

² Mestre em Educação, Professora da UNIPAC, Campus Teófilo Otoni. alexandre.costa@ufvjm.edu.br

³ Doutor de Fitotecnia, Professor Adjunto – UFVJM, Campus Mucuri. asylvio@hotmail.com

municipalities of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, specifically Salto da Divisa and Ladainha. Understanding education as a process of de-reterritorialization par excellence, it is concluded that, despite the undeniable distance between the desired investment for access and permanence in higher education, despite all the difficulties, in small municipalities economic development is linked to de-reterritorialization lived by the population that passed through the university bringing new possibilities of economic and social growth.

Keywords: Economic development; Higher education; Social Transformation; De-reterritorialization

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um território segundo Raffestin, (1993), está atrelado a uma visão da política como movimento de energias individuais na direção de um objetivo da coletividade, passando também pelo conhecimento transformado em ação e pela gestão local que se dá numa rede de relações envolvendo grupos sociais diversos considerando suas particularidades.

Neste sentido, na linha temática gestão e desenvolvimento econômico, buscou-se o entendimento das transformações econômicas e culturais pelas quais passam os pequenos municípios que têm parte de sua população com acesso recente ao conhecimento acadêmico-científico através do ingresso no ensino superior, bem como a possibilidade de análise do impacto do desenvolvimento econômico no fortalecimento destes municípios.

De um modo geral, estas cidades vivem inúmeros desafios relacionados à gestão e desenvolvimento. Para as situadas nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha tais desafios são ainda maiores, quando se verifica a presença de poucos investimentos públicos e privados, contrastando com as grandes demandas de sua população.

Os recursos financeiros que movimentam a economia da maioria dos municípios são públicos, sendo estes, fundamentais para alavancar o desenvolvimento local e regional. Em contrapartida, as administrações municipais, têm demonstrado dificuldades para captar esses recursos e utilizá-los em políticas públicas adequadas para a população em função da escassez de profissionais qualificados na elaboração de projetos.

Pretende-se neste trabalho, investigar as principais transformações ocorridas no desenvolvimento econômico, dos pequenos municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, especificamente Salto da Divisa e Ladainha, em função do acesso ao conhecimento acadêmico-científico através da inserção cada vez maior da população no ensino superior. Assim, a análise da existência ou ausência de transformações econômicas no município advindas da atuação dos egressos do ensino superior é o eixo norteador da pesquisa.

Salienta-se a importância de avaliar de que maneira o conhecimento acadêmico-científico contribuiu para o desenvolvimento econômico, considerando o processo de des-reterritorialização vivenciado pelos sujeitos em questão.

A importância deste estudo deve-se ao fato de que a oportunidade de acesso ao ensino superior para parte da população dos pequenos municípios dos vales do Mucuri e Jequitinhonha é recente. Produtores de conhecimento, estudantes e egressos passam a ter uma expectativa de melhoria de vida e oportunidades, podendo transformar a comunidade em que estão inseridos, num verdadeiro processo de des-reterritorialização. Este entendimento justifica a discussão sobre o conhecimento destes agenciamentos na construção do território, em virtude da profissionalização e qualificação de uma parcela da população que antes não ocupava as vagas de trabalho mais especializadas em função da não habilitação e/ou qualificação que o acesso ao conhecimento pode proporcionar.

Desse modo, o trabalho poderá contribuir para a compreensão dos agenciamentos envolvidos no desenvolvimento regional a partir do acesso ao conhecimento acadêmico-científico atentando-se para as particularidades das transformações nas famílias e comunidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.A Educação Enquanto Processo de Des-Reterritorialização

Freire (2005) afirma que os sujeitos vivem numa sociedade dividida em classes, na qual os privilégios de uns impedem a maioria de usufruir os bens produzidos e considera a educação como um ato político por ser este um processo de emancipação por excelência.

Assim, não existe educação neutra, de vez que esta carrega em seu bojo, possibilidades de agenciamentos maquínicos e de expressão gerando constituição de novos territórios, ainda que o sujeito continue no mesmo espaço.

Acerca dos agenciamentos, Zourabichvili (2004, p.8), esclarece que, segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos, um de conteúdo, outro de expressão. De um lado ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; de outro, *agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem ao mesmo tempo *lados territoriais ou reterritorializados*, que o estabilizam, e *pontas de desterritorialização* que o impelem (COSTA, 2010).

Se a vocação humana de se realizar concretiza-se também pelo acesso aos bens culturais, ela é “negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores, mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos pela recuperação de sua humanidade roubada” (FREIRE, 2002, p.35).

Diante da desigualdade socialmente construída que está retratada nos dados estatísticos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, IDH- Índice de Desenvolvimento Humano do IBGE (2011) considera-se como uma das suas causas, o déficit educacional existente a nível nacional. Uma das respostas dadas pelos governantes foi o investimento visando oportunizar a um maior número de pessoas o “acesso” ao Ensino Superior uma vez que o processo educacional pode ser considerado como uma ponte que possibilitaria ao sujeito a construção do conhecimento, permitindo-lhe um movimento da condição periférica da desigualdade social.

É nessa vertente que se entende a educação como um processo de desterritorialização obviamente fundado no desejo do sujeito que por ser maquínico. Cria territórios, que por sua vez comportam em si movimentos indissociáveis de desterritorialização e reterritorialização.

Segundo Haesbaert (2010, p.118), simplificadamente podemos afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território e a reterritorialização é o movimento de construção do território no primeiro movimento; os agenciamentos se desterritorializam e no segundo eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação.

A educação é uma atividade intencional, uma prática social, cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social, com o propósito de potencializar essa atividade humana para torná-la mais rica, mais produtiva, mais eficaz diante das tarefas sociais postas num dado sistema de relações. O modo de viabilizar esse desenvolvimento se revela nos processos de transmissão e apropriação de conhecimentos, valores, habilidades, técnicas em ambientes organizados para esse fim. (DELORS, 1998)

A LDB 9394/96 corrobora e especifica os mandamentos constitucionais que dizem respeito à educação, no âmbito restrito da educação superior, pode-se citar o artigo 207 da Constituição Federal, que enfatiza: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

A compreensão do sentido e do alcance de uma lei que verse sobre a educação só é possível com a feitura de uma análise a respeito da própria dinâmica das relações sociais. A referida lei que define os rumos para a educação nacional (Brasil, 2006), considera a educação como fator de promoção humana. Particularmente, a educação superior está fortemente ligada ao objeto profissionalização.

Na verdade, não se deve conceber profissionais como treinados em alguma arte ou ofício. O profissional que abdica de sua postura de cidadão, atuante na realidade material, e participa na construção de um projeto intelectual de reestruturação das bases da sociedade capitalista, torna-se objeto do processo educacional. Ao contrário, o que se espera da educação superior é o questionamento da própria dinamicidade da relação educativa, seja no que tange à metodologia, ao planejamento, à gestão, etc., para que fomenta o desenvolvimento social.

Para Carvalho (2012, p.61), a possibilidade de desenvolvimento social existe porque não há repetição no cotidiano; é também o lugar do novo, do inesperado. E como um evento nunca ocorre isolado, podemos esperar que uma ação inédita de um determinado ator social (engendrada num determinado contexto) possa desencadear transformações mais abrangentes, em sinergia com as ações de outros atores.

Assim sendo, a universidade é uma instituição social que expressa a estrutura e o modo de funcionamento de uma dada sociedade. Essa relação entre universidade e sociedade é o que explica, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade apresenta-se como uma prática social alicerçada no reconhecimento público de sua legitimidade e estruturada por ordenamentos e legitimidade internos a ela (CHAUI, 2003).

Reportando ao ideário freireano, esta legitimidade se consolidará na medida em que o desenvolvimento dos sujeitos em/e seus contextos seja o motor do processo, de modo a contribuir para abandono e criação de novos territórios, numa perspectiva dialógica. Partindo desse princípio, a universidade provocará des-reterritorialização se comportar questões de ordem política, filosófica e técnica, permitindo aos sujeitos a passagem da consciência ingênua para crítica. Para tanto, para além de dominar códigos e técnicas, necessário se faz entender os processos educativos como cartografias de emancipação que possibilitam a práxis de construção no coletivo, a partir da leitura das narrativas sociais. Pode-se afirmar então, que este entendimento encontra suporte em Deleuze e Guatarri (2004, p.11) ao enfatizarem que as máquinas

desejantes são máquinas binárias, de regra binária ou regime associativo; uma máquina está sempre ligada a outra. A síntese produtiva, a produção de produção, tem uma forma conectiva. É que há sempre uma máquina produtora de um fluxo e uma outra que se lhe une, realizando um corte, uma extração de fluxos. E como a primeira, por sua vez, está ligada a outra relativamente à qual se comporta como corte ou extração, a série binária é linear em todas as direções. O desejo faz constantemente a ligação de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados.

Portanto, para além de compreender a sociedade e as relações sociais inerentes a lógica posta, cumpre ressaltar que o sucesso de uma instituição de ensino superior poderia ser mensurado pela transformação que esta imprime no contexto social, a partir de todos os agenciamentos criados pelos diferentes atores nele envolvidos. Nesse sentido, cabe então discutir a relação existente entre o acesso à universidade e o desenvolvimento econômico.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de Estudo

Quanto aos procedimentos técnicos, realizou-se o levantamento de dados, utilizando documentações indiretas e diretas, sendo respectivamente: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

No que se refere aos fins, este trabalho é classificado como pesquisa descritiva, pois o intuito é caracterizar a existência ou ausência de transformações econômicas nos municípios, advindas da atuação dos egressos do ensino superior, sendo mais enfatizado o processo do que o produto, com a intenção de retratar a perspectiva dos participantes. A abordagem é quantitativa, havendo priorização de medidas de unidades ou categorias, trabalhando com o universo dos resultados, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e fenômenos que podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantitativas.

O tratamento dos dados terá base na argumentação indutiva que parte de dados da experiência particular para chegar a enunciados universais, levando a conclusões cujo conteúdo excede os das premissas. O critério de escolha desses municípios, pautou-se na localização geográfica das cidades de Ladainha e Salto da Divisa, considerando que os mesmos pertencem ao Vale do Mucuri e Jequitinhonha - MG, respectivamente com o objetivo de incluir na pesquisa a realidade dos dois vales.

3.2. Instrumentos

As informações serão obtidas nos sites especializados em coleta de dados como o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Fundação João Pinheiro e do Ministério das Cidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Indicadores Socioeconômicos dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha

No que tange ao desenvolvimento da região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, pelas suas condições sócio-econômicas, depende, fundamentalmente, dos recursos da esfera estadual e, principalmente federal, de onde vem o maior volume dos repasses financeiros. De praxe, quando um município capta ou recebe um recurso financeiro da esfera federal ou estadual tende a aplicar em uma demanda específica, como: construir uma estrada; construir uma praça, mercado, quadra poliesportiva, unidade de saúde, escolas; realizar um evento de promoção do turismo local e regional; reduzir a mortalidade infantil; reduzir o nível de pobreza de famílias carentes etc. O desenvolvimento dessas políticas tem significado até hoje para a região dos vales do Mucuri e Jequitinhonha principalmente, no que se refere aos recursos necessários para o desenvolvimento dessa região. Quando se investe em um

município muitos recursos indiretos são mobilizados e economicamente e socialmente há um impacto grande na vida das famílias daquela região.

Quadro 1 - Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)

Regiões	1999	2010
Brasil	1.064.999.712	3.239.404.053
Minas Gerais	89.789.782	287.054.748
Vale do Jequitinhonha	1.088.867	3.509.899
Vale do Mucuri	836.237	2.655.860
Salto da Divisa	16.100	44.903
Ladainha	17.197	59.611

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

A macrorregião composta pelos Vales do Mucuri/Jequitinhonha, é formada por 82 municípios, apresentando uma área total de 76.812,6 Km², com uma população de aproximadamente um milhão de habitantes. (<http://sit.mda.gov.br>).

A renda média mensal dos municípios é de R\$431,75 per capita ficando abaixo da média estadual que alcança R\$500,00 per capita. Enquanto o PIB per capita mensal de Jequitinhonha é de R\$ 387,94, o do Mucuri é de R\$ 526,40 (IBGE/PIB dos Municípios 2004-2008).

QUADRO 2. POPULAÇÃO, NÚMERO DE DOMICÍLIOS, RENDA MENSAL PER CAPITA MÉDIA E MEDIANA REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS.

População	Renda mensal per capita ⁽¹⁾ (R\$/2010)
-----------	--

	Total	Urbana	Rural	Média			Mediana		
				Valor Total	Urbano	Rural	Valor Total	Urbano	Rural
ALTO PARANAÍBA	655.353	569.166	86.187	761,04	764,22	722,18	529,64	512,03	440,69
CENTRAL	6.971.049	6.553.516	417.533	961,82	988,36	457,83	570,75	561,78	291,47
CENTRO-OESTE DE MINAS	1.120.202	993.480	126.722	721,28	737,50	570,35	524,11	514,28	386,63
JEQUITINHONHA / MUCURI	1.002.119	632.867	369.252	431,75	504,42	295,86	286,52	317,49	190,13
MATA	2.173.374	1.756.051	417.323	710,11	780,01	390,45	478,07	502,90	249,22
NOROESTE	366.418	286.618	79.800	622,67	639,43	555,29	430,64	436,32	315,65
NORTE DE MINAS	1.610.413	1.118.294	492.119	455,33	524,35	289,32	303,76	327,47	187,61
RIO DOCE	1.620.993	1.301.332	319.661	599,69	651,63	369,19	417,50	437,59	232,39
SUL DE MINAS	2.588.280	2.113.030	475.250	727,66	773,21	505,66	500,94	508,62	333,73
TRIÂNGULO	1.489.129	1.390.862	98.267	908,04	920,21	662,67	585,39	569,25	422,61
Minas Gerais	19.597.330	16.715.216	2.882.114	773,41	829,50	419,14	500,00	510,00	275,00

Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010.
Elaboração: Fundação João Pinheiro
Exclui domicílios coletivos e com renda nula

O Vale do Mucuri está inserido no Nordeste Mineiro, possui cerca de 33% de analfabetos da população maior de 15 anos e o IDHM é de 0,63, enquanto o do Estado é de 0,76. A região é formada por vinte e sete municípios, conta com uma área total de 23.220,6 km², e uma população de 384.672 pessoas (IBGE, 2014). Do total da população da região, 36,84% vivem na zona rural.

O Vale do Jequitinhonha ocupa 14,5% da área do Estado, totalizando 53.592 km² de extensão territorial. Faz fronteiras com o Norte de Minas e o Mucuri. Região culturalmente rica, formada por 55 municípios, é dividida em três áreas: o alto Jequitinhonha, médio Jequitinhonha e baixo Jequitinhonha. (<http://sit.mda.gov.br>). O Alto Jequitinhonha - MG abrange uma área de 19.578,30 Km² e é composto por 20 municípios. A população total do território é de 270.516 habitantes, dos quais 97.184 vivem na área rural, o que corresponde a 35,93% do total. Possui 15.089 agricultores familiares, 390 famílias assentadas e cinco comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,68. O Médio Jequitinhonha - MG abrange uma área de 18.509,30 Km² e é composto por 19 municípios. A população total do território é de 287.396

habitantes, dos quais 128.117 vivem na área rural, o que corresponde a 44,58% do total. Possui 20.410 agricultores familiares, 383 famílias assentadas e 21 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,65. O Baixo Jequitinhonha - MG abrange uma área de 15.504,40 Km² e é composto por 16 municípios. A população total do território é de 179.711 habitantes, dos quais 51.457 vivem na área rural, o que corresponde a 28,63% do total. Possui 7.448 agricultores familiares, 377 famílias assentadas e 4 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,64.

Há ainda, resquícios até os dias atuais, de carregar sobre si um estigma que influencia e muito a visão externa para a região, que é o “estigma da carência social”.

A região que possuiu baixos índices sócio-econômicos sempre sofreu com reduzidos investimentos públicos, impactando diretamente com o nível de qualidade de vida da população nos Vales. A falta de investimento na educação da população é um freio para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a participação política de forma democrática (Ferreira et al, 2012). Para acompanhar as rápidas mudanças pelas quais passa a sociedade é necessário a aquisição de novos conhecimentos e habilidades e a capacidade de transformar este conhecimento em ação.

Quadro 3. Valores individualizados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de Minas Gerais e das cidades de Salto da Divisa e Ladainha.

Local	IDH	Ano	
		2000	2010
Minas Gerais	Geral	0,624	0,731
	Longevidade	0,759	0,838
	Renda	0,680	0,730
	Educação	0,470	0,630
Salto da Divisa	Geral	0,484	0,608
	Longevidade	0,750	0,846
	Renda	0,576	0,586
	Educação	0,263	0,453
Ladainha	Geral	0,395	0,541
	Longevidade	0,679	0,754
	Renda	0,461	0,537

Educação

0,197

0,391

Fonte: Atlas Brasil (www.atlasbrasil.org.br). Faixas de IDH: 0-0,499 (muito baixo); 0,5-0,599 (baixo); 0,6-0,699 (médio); 0,7-0,799 (alto); 0,8-1,00 (muito alto).

Podemos verificar no Quadro 3, os valores do Índice de Desenvolvimento Humano geral e de seus componentes para o Estado de Minas Gerais, e as cidades de Salto da Divisa e Ladainha. O Estado de Minas Gerais que em 2000 apresentava um valor de IDH médio de 0,624, saltou para um IDH considerado alto, com valor de 0,731 em 2010. No quesito longevidade, verifica-se que, dentre os componentes que compõem o IDH geral, foi o que apresentou melhor desempenho em 2000 e 2010, mudando da faixa de IDH alto para muito alto. O IDH renda também apresentou melhorias, mas, mais acanhadas. O valor deste componente do IDH para 2010 é considerado alto. O componente de IDH que apresentou os piores resultados foi a educação. Com valores de 0,470 em 2000 era considerado muito baixo, mas em 2010 os valores elevaram e no censo de 2010, apresentou valor médio de 0,630.

Em relação ao município de Salto da Divisa, observa-se que o IDH geral é inferior ao IDH do Estado, mas, em valores absolutos, supera a média do Estado no quesito longevidade, estando classificado na faixa de IDH muito alto (2010). Na componente renda encontra-se muito abaixo da média do Estado, mantendo-se praticamente estagnado quando comparamos os valores de IDH entre 2000 e 2010, classificados como baixos pela interpretação das faixas do IDH. No quesito educação a situação é muito ruim. Apesar da grande evolução dos valores deste componente do IDH entre 2000 e 2010, os valores continuam na faixa de classificação considerados muito baixos, e muito abaixo da média do Estado.

No município de Ladainha, no Vale do Mucuri, a situação apresenta-se pior quando comparamos com o Estado e o município de Salto da Divisa. O IDH geral do município apesar de sua evolução entre 2000 e 2010, elevando-se da faixa de muito baixo para baixo, ainda é considerado preocupante em relação as condições de vida de sua população. Seguindo a tendência do Estado e do município de Salto da divisa, o seu IDH longevidade evoluiu de um valor

considerado médio (0,679) para um valor considerado alto (0,754). A variável renda apresentou uma pequena evolução entre 2000 e 2010, mas alterando de faixa. Em 2000 esta variável do IDH era considerada muito baixa e em 2010 migrou para a faixa considerada baixa. Assim como as demais análises realizadas, verificamos que o pior componente avaliado que compõem o IDH geral, foi a educação. Apesar de dobrar de valor entre 2000 e 2010, o valor continua na faixa do IDH muito baixo, ficando em 0,391 em 2010.

Observamos as mesmas tendências de evolução dos setores do IDH para o Estado e os municípios. Ao que indica, a saúde foi tratada como prioridade entre 2000 e 2010, mas os valores apontam que já era prioridade antes de 2000. No setor econômico verificamos que investimentos em empregos, salários e renda evoluiu muito pouco na década, mas que os investimentos em educação foram potencializados com grandes saltos de valores no Estado e nos municípios avaliados, mas que ainda estão longe de atingir valores satisfatórios.

4.2. O município de Ladainha

O município de Ladainha está inserido no Vale do Mucuri, integra a micro-região de Teófilo Otoni, possui 866,1 km². Foi habitada primitivamente por silvícolas de diversas tribos não identificadas. No transcorrer do ano de 1877, o Imperador D. Pedro II doou a um velho soldado, veterano da guerra com o Paraguai, uma sesmaria que tinha como denominação Jacinto Mendes. Os primeiros moradores chegaram ao local entre 1914 e 1915, vindos com o Coronel José Ribeiro de Oliveira, empreiteiro que construía a estrada de ferro Bahia-Minas, dando início assim ao povoado. Limita-se com os municípios de Itaipé, Novo Cruzeiro, Setubinha, Malacacheta, Poté e Teófilo Otoni. A sede municipal, localizada a 570 m de altitude, tem sua posição geográfica determinada pelas coordenadas 17°37'39" Sul, 41°44'125" Oeste. Dista a 515 km de Belo Horizonte. As principais rodovias são as BR's 116, MG 409 e a MG 217 (www.almg.gov.br).

Os dados socioeconômicos relativos ao município de Ladainha foram obtidos por meio de consulta ao site do IBGE, censo 2.010 (IBGE, 2011). A população registrada neste censo foi de 6.859 habitantes, com 4.310 residentes em área urbana e 12.684 em área rural. A densidade demográfica é de 7,31 hab/km².

4.3. Município de Salto da Divisa

O município de Salto da Divisa está inserido na região nordeste do estado de Minas Gerais, no vale do Jequitinhonha. Limita-se à Oeste com os municípios de Jacinto e Santa Maria do Salto, ao norte por Jordânia e ao sul e leste pelo Estado da Bahia (municípios de Guaratinga e Itagimirim, respectivamente). A sede municipal, localizada a 142 m de altitude, tem sua posição geográfica determinada pelas coordenadas 16,00° S de latitude e 39,95° W de longitude e dista 599 km de Belo Horizonte. As principais rodovias são as BR's 381, 116 e 367 e a MG-405 (www.almg.gov.br).

Os dados socioeconômicos relativos ao município de Salto da Divisa foram obtidos por meio de consulta ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2010). A população registrada neste censo foi de 6.859 habitantes, com 5.749 residentes em área urbana e 1.110 em área rural. A densidade demográfica é de 7,31 hab/km².

4.4. Relação Acesso à Universidade - Desenvolvimento Econômico

Conforme dados do Censo da Educação Superior 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), de 2001 a 2010, o crescimento do acesso dos brasileiros ao ensino superior foi de 110,1%.

Para Amaral (2012), uma das questões mais relevantes sobre a educação superior no Brasil diz respeito à ampliação do acesso a esse nível de ensino de uma população que conclui o ensino médio, pretende seguir seus

estudos, e não encontra condições de ingresso. As dificuldades de acesso às instituições públicas podem ocorrer devido a uma elevada relação candidato/vaga; formação deficiente na educação básica; dificuldades em conciliar trabalho e estudo, entre diversos outros aspectos que tornaram as IES públicas o não-espço da população de baixa renda e, em especial, egressos das escolas públicas de educação básica. O acesso ao ensino superior privado é dificultado pelo elevado custo das mensalidades que gera altas taxas de evasão, dificultando a permanência desses estudantes no ensino superior.

De acordo com o Quadro 4, de 2000 para 2010 houve um acréscimo de 15.852 pessoas com curso superior completo residentes nos Vales do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri 10.011. Em relação aos municípios de Salto da Divisa e Ladainha, os acréscimos foram de 137 e 295 pessoas, com percentual de acréscimo de 415% e 1552%, respectivamente. Quando avaliamos estas informações em termos percentuais em relação a população verificamos a grande evolução da parcela com curso superior.

Em 2000 este percentual das cidades avaliadas em relação ao país e ao estado era muito reduzido (Quadro 5), principalmente o município de Ladainha que tinha esta média 20 vezes menor que a média do Estado em 2000. Em 2010 esta proporção caiu para pouco mais de três vezes. Salto da Divisa que possuía uma proporção de aproximadamente seis vezes inferior a proporção do Estado, caiu em 2010 para 2,5 vezes. A grande inserção de instituições de nível superior públicas e provadas no início dos anos 2000 nas regiões do Vales do Jequitinhonha e Mucuri, proporcionaram oportunidades aos jovens de cursar a graduação. Com o advento do EAD (ensino à distância) e sua potencialização no decorrer dos anos 2000, provavelmente estes valores irão se elevar significativamente para o censo de 2020.

Quadro 4 - Pessoas com curso de nível superior concluído

Localidades	2000	2010
Brasil	5.890.631	13.463.757
Minas Gerais	571.451	1.342.285

Sociais e Humanidades

Jequitinhonha	5.870	21.722
Vale do Mucuri	5.479	15.490
Salto da Divisa	33	170
Ladainha	19	314

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (IBGE, 2011)

Quadro 5. Porcentagem da população com nível superior no Brasil, Minas Gerais, Salto da Divisa e Ladainha.

Local	Ano	
	2000	2010
Brasil	4,4%	7,9%
Minas Gerais	6,1%	10,6%
Salto da Divisa	1,0%	4,2%
Ladainha	0,3%	3,3%

Fonte: Atlas Brasil (www.atlasbrasil.org.br)

Embora ainda não haja muitos dados divulgados pelos órgãos responsáveis no país pelos indicadores acerca do acesso à universidade nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, segundo as informações do Quadro 4, houve um aumento significativo no índice de habitantes que tiveram acesso à universidade e que no presente momento se deslocam para cidades pólo a exemplo de Teófilo Otoni para cursar o ensino superior.

Salienta-se que algumas pessoas fixam residência neste município durante o período de graduação, retornando às cidades de origem após a formatura. No caso específico de Ladainha, os estudantes deslocam-se diariamente para Teófilo Otoni, podendo retornar àquela cidade após as aulas desenvolvendo suas atividades, domiciliares e profissionais.

É sabido que o nível educacional da população adulta de um município resulta também do investimento na educação básica, portanto apresentam-se a seguir dados dos dois municípios relacionados à mesma, considerando a

estreita relação existente entre qualidade e permanência na educação básica e acesso ao ensino superior.

O município de Ladainha, no censo do IBGE de 2000 apontava que 8,0% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 18,1%. Em 2010, o percentual de alfabetização da população 15 anos ou mais de idade era de 70,3%.

Conforme dados do Ministério da Educação a distorção idade-série apresentada entre alunos do ensino fundamental é de 37,6% com idade superior à recomendada chegando a 52,4% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio. (MEC/INEP, 2017).

O censo do IBGE de 2000 mostrou que 13,5% das crianças de 7 a 14 anos de Salto da Divisa não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 16,3%. O percentual de alfabetização da população 15 ou mais de idade, em 2010, foi de 74,0%.

A distorção idade-série eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, 37,7% estão com idade superior à recomendada chegando a 51,4% de defasagem entre os que alcançam o ensino médio.

No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) o município de Salto da Divisa está na 3.025.^a posição, entre os 5.564 municípios do Brasil, quando avaliados os alunos da 4.^a série, e na 4.845.^a, no caso dos alunos da 8.^a série.

No que se refere à relação acesso à universidade e desenvolvimento econômico, segundo Gonçalves (2008), pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) constataram que os investimentos em Educação no Brasil beiram a quase 10% da renda nacional, o que é considerado um valor elevado, mas não tanto se comparado com o investimento em capital físico que chega à casa dos 20%. O que motiva tais investimentos é a taxa de retorno, ou seja, a taxa que mede a rentabilidade do projeto. Em outras palavras, é a taxa que determina se

o investimento compensa ou não do ponto de vista econômico. A taxa de retorno do investimento em Educação mede se há um sub ou um sobreinvestimento na esfera educacional.

Apesar da inegável distância existente entre o investimento desejado (ideal) para acesso e permanência no ensino superior; no nível real, a despeito de todas as dificuldades, também não se pode negar que nos pequenos municípios o desenvolvimento econômico está atrelado à des-reterritorialização vivida pela população que passou pela universidade (GIL, 2005).

Conforme enfatiza Coelho Júnior (2008) o avanço da ciência, o acesso ao conhecimento, modifica e constrói novos paradigmas locais, regionais e mundiais de desenvolvimento. Com a globalização, o mundo ficou *on-line*, as distâncias foram praticamente “pulverizadas” e as barreiras entre cidades foram reduzidas, aproximando os mercados e trazendo novas possibilidades de crescimento econômico e social.

Sabendo-se que o grande capital da humanidade é o saber, enquanto alicerce para a sobrevivência e que por isso mesmo, deve ser disponibilizado a todos. Cumpre ressaltar as ideias de Demo (2004), ao afirmar que é sempre oportuno fazer um balanço sobre práticas e teorias que atravessam os tempos, acrescentando que falar das perspectivas atuais da educação é, também, discutir, identificar o espírito presente no campo dos valores e das práticas educacionais que as perpassa, marcando o passado, caracterizando o presente e abrindo possibilidades para o futuro.

De acordo com Lundvall (2002 *apud* Rolim e Serra 2009), a mais importante contribuição das instituições de ensino superior é a qualificação do profissional que elas disponibilizam para a comunidade. Desse modo, investigar quais são as competências e habilidades necessárias para cada região, é fundamental para o aperfeiçoamento da formação propiciada além de requerer esforço e protagonismo dos atores regionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a educação como um processo de des-reterritorialização por excelência, concluímos que, apesar da inegável distância entre o investimento desejado para acesso e permanência no ensino superior, a despeito de todas as dificuldades, nos pequenos municípios o desenvolvimento econômico está atrelado a esta des-reterritorialização vivida pela população que passou pela universidade trazendo novas possibilidades de crescimento econômico e social.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, D. P. do. **O programa universidade para todos e a ampliação do acesso ao ensino superior: diferentes discursos, difíceis consensos.**

Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/GT11-6017--Int.pdf>.> Acesso em: 08 abr. 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LEX: **Coletânea de Legislação e Jurisprudência**. São Paulo.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24. Set /Dez 2003.

CARVALHO, A. J. de. A contribuição do conceito de território para uma gestão socialmente justa da cidade. In: **Gestão Local Nos Territórios Da Cidade**. Disponível em: < <http://www.geo.ggf.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012

COELHO JUNIOR, Genecy Moraes. **O papel da universidade no desenvolvimento Local - estudo de caso da UNIFEI, Itajubá, MG**. 2008. 111p. Dissertação (Mestrado) Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro 2008.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

DELORS, J. Educação, um tesouro a descobrir. In: **Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.** Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é a filosofia (2 ed.). São Paulo, 2004, 34p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 44 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRA, P. **Pedagogia da Autonomia.** 25 ed. São Paulo. Paz e Terra, 2002.

GIL, A. C. **Metodologia do Ensino Superior.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GONÇALVES, G, da S. C. **Educação e desenvolvimento econômico: uma relação concisa. 2008.** Disponível em: < <http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. Revista antares, n.3, jan/jun, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2011. Disponível em <<http://ibge.gov.br>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2014. Disponível em <<http://ibge.gov.br>>.

MEC/INEP. Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação. 2017. http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. **Revista Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. Jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistaaber.com.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

SILVA, A. de A. P., FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados a educação, saúde e habitação nos municípios mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**. 2012. Brasília, 15(1), p. 96-114.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/corpoarteclinica/obra/voca.prn.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2012.